

Senhor
Sergio Gusmão Suchodolski
Presidente
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – BDMG
Rua da Bahia 1600
Bairro de Lourdes - 9º andar
CEP: 30.160-907 - Belo Horizonte/MG

Re: Brasil. Cooperação Técnica Regional de Recuperação
Contingente No. ATC/JP-16666-RG. Programa de
Recuperação Contingente para Preparação de Projetos de
Parceria Público-Privada. Estruturação de Projeto de
Concessão Rodoviária de Minas Gerais (Lote Mariana –
Brumadinho).

Prezado senhor Gusmão:

Esta carta-convênio, (doravante denominada “Convênio”), entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A - BDMG (doravante denominado Beneficiário) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado Banco), na condição de Administrador dos recursos do Governo do Japão, destinados a este Programa (*Project Specific Grant*), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica de recuperação contingente ao Beneficiário(doravante denominada “Cooperação Técnica”), de acordo com o previsto nas disposições que se detalham a continuação:

1. A Cooperação Técnica tem como propósito apoiar ao Beneficiário na estruturação de projeto de concessão rodoviária (doravante denominado o “Projeto”).
2. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização desta Cooperação Técnica (doravante denominada “Contribuição”), será de até seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 650.000,00), e será utilizado pelo Banco para financiar a contratação de serviços de consultoria e pagar consultores individuais ou firmas consultoras (doravante denominados “Consultores”) para realizar atividades e cumprir com os objetivos da Cooperação Técnica, conforme descrito no Anexo I que forma parte integrante deste Convênio. Salvo que neste Convênio se expresse o contrário, o termo “dólares” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.
3. O prazo para execução e desembolso da Cooperação Técnica será de 36 (trinta e seis) meses

ATC/JP-16666-RG



Ana Rosa Lemos da Cunha Garzon
Superintendente
Superintendência Jurídica

contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro deste prazo será cancelada. Os prazos indicados anteriormente e outros estabelecidos neste Convênio somente poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.

4. A Contribuição será realizada sob a modalidade de recuperação contingente. O reembolso da Contribuição ao Banco deverá ocorrer nos seguintes casos:

(i) Se o Projeto alcançar seu fechamento financeiro¹, o Beneficiário reembolsará ao Banco 100% (cem por cento) dos recursos da Contribuição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do fechamento financeiro do Projeto. O Beneficiário, por meio da autoridade contratante, incluirá nos respectivos documentos de licitação do Projeto os dispositivos jurídicos ou contratuais que sejam necessários para assegurar que os montantes previstos na Cooperação Técnica para financiar a estruturação do Projeto sejam reembolsados pelo vencedor da licitação.

(ii) Se dentro de 6 (seis) meses contados do término do prazo de execução indicado no parágrafo 3 acima, o qual poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as Partes, o Projeto não alcançar o fechamento financeiro, o Beneficiário deverá reembolsar ao Banco 100% dos recursos da Contribuição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação por escrito do Banco. O Beneficiário ficará dispensado de realizar o referido reembolso caso demonstre a ocorrência de uma das seguintes situações: (a) a inviabilidade do Projeto, de acordo com os estudos de pré-viabilidade, avaliação e trabalho de estruturação; (b) a finalização de um processo competitivo organizado de boa-fé sem a seleção de um investidor privado (vencedor da licitação); (c) a impossibilidade do vencedor da licitação de assegurar o financiamento para o Projeto; ou (d) na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeçam o fechamento financeiro do Projeto.

(iii) Se o Beneficiário não cumprir com os termos deste Convênio ou unilateralmente decidir terminar as atividades do Projeto por razões distintas daquelas descritas no item (ii) deste parágrafo 4 antes do prazo indicado no parágrafo 3, o Beneficiário deverá reembolsar ao Banco 100% (cem por cento) gastos incorridos pelo Banco na execução da Cooperação Técnica, no prazo de 30 dias corridos da notificação do Banco ao Beneficiário sobre o não cumprimento com os termos deste Convênio ou a partir da notificação do Beneficiário ao Banco sobre a finalização das atividades do Projeto.


5. Na hipótese de reembolso dos recursos da Contribuição, conforme previsto no item (i) do parágrafo 4 acima, o valor da Contribuição deverá ser acrescido de comissão de sucesso (*success fee*) correspondente a porcentagem de, no máximo, 20% (vinte por cento), que será

¹ Entende-se por fechamento financeiro o evento que torna exigíveis as obrigações financeiras do concessionário previstas no contrato de concessão ou PPP. Esse evento poderia ser a própria assinatura do contrato de concessão ou PPP ou a formalização do endividamento privado necessário ao cumprimento das obrigações financeiras, a depender dos termos do contrato de concessão ou PPP.

calculada conforme a metodologia apresentada no Anexo II deste Convenio. O Beneficiário, por meio da autoridade contratante, incluirá nos respectivos documentos de licitação do Projeto os dispositivos jurídicos ou contratuais que sejam necessários para assegurar que a comissão de sucesso também seja reembolsada pelo vencedor da licitação.

6. O Beneficiário deverá consignar no orçamento de cada exercício, conforme aplicável, os recursos necessários para reembolsar ao Banco o valor da Contribuição, acrescida da comissão de sucesso, caso se materializem as hipóteses do parágrafo 4 acima e não haja recursos do vencedor da licitação para reembolsar os valores devidos dentro do prazo estabelecido em dito parágrafo.
7. A identificação, seleção e contratação dos consultores será realizada pelo Banco em conformidade com suas políticas, normas e procedimentos, assim como com os termos de referência acordados.
8. Por meio deste Convênio, o Beneficiário está de acordo que o Banco utilize os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos desta Cooperação Técnica.
9. O Beneficiário compromete-se a colaborar com os Consultores na realização de suas tarefas, e a prover o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica.
10. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos Consultores não comprometerão o Banco, o qual se reserva o direito de formular observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.
11. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de dez (10) dias úteis contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, em cujo caso o Beneficiário deverá identificar tal informação dentre as disposições pertinentes do Convênio.
12. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página "Web" o texto do presente Convênio, uma vez que este tenha entrado em vigor e o prazo acima referido tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.
13. Todos os avisos, solicitações, comunicações ou notificações que as partes possam vir a ter em virtude deste Convênio, deverão ser efetuadas por escrito e serão consideradas realizadas

ATC/JP-16666-RG


Ana Rosa Lemos da Cunha Garzon
Superintendente
Superintendência Jurídica

a partir da entrega ao seu destinatário no endereço indicado abaixo, a menos que as partes acordem por escrito de maneira diversa:

Banco:

Inter-American Development Bank
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
U.S.A.

Beneficiário:

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG
Rua da Bahia 1600
Bairro de Lourdes - 9º andar
CEP: 30.160-011 - Belo Horizonte - MG

Nestes termos, solicito a V.Sa., como representante do Beneficiário, manifestar sua aceitação aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à representação do Banco no Brasil.

Este Convênio, depois de assinado em duas (2) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

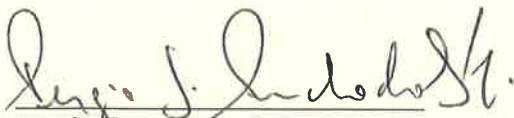
Atenciosamente,



Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

BENEFICIÁRIO:



Sergio Gusmão Suchodolski
Presidente
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG

Data: 27 de abril de 2020

ATC/JP-16666-RG



Ana Rosa Lemos da Cunha Garzon
Superintendente
Superintendência Jurídica

ANEXO I

Programa de Recuperação Contingente para Preparação de Projetos de Parceria Público-Privada

Estruturação de Projeto de Concessão Rodoviária de Minas Gerais (Lote Mariana – Brumadinho)

I. Objetivo

- 1.01** O objetivo desta Cooperação Técnica é viabilizar a estruturação do Projeto de concessão rodoviária (Lote Mariana - Brumadinho) por meio da conjunção de esforços das partes signatárias.


II. Descrição

- 2.01** Apoio à preparação do Projeto de concessão: financiará componentes dos estudos necessários à preparação do Projeto de concessão.
- 2.02** A estruturação global contemplará por seu desenho, a revisão das solicitações de financiamento e/ou da licitação, e estudos relacionados com a pré-viabilidade e viabilidade (técnica, financeira, ambiental, social, institucional e jurídica), bem como preparação de outros documentos relacionados a este.
- 2.03** Neste caso particular, a Cooperação Técnica apoiará na preparação das atividades do Projeto de concessão rodoviária (Lote Mariana - Brumadinho) a ser implementado por meio de uma concessão, ou seja, na avaliação do Projeto (estudos de preparação), estruturação do contrato de concessão, entre outras atividades.

III. Execução

- 3.01** O Banco Interamericano de Desenvolvimento será o Organismo Executor das atividades previstas neste Convênio. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, na qualidade de Beneficiário, acompanhará a realização dos estudos de preparação do Projeto de Concessão contribuindo para a integração e coerência dos diversos estudos técnicos objeto da Cooperação Técnica.

ATC/JP-16666-RG


Ana Rosa Lemos da Cunha Garzon
Superintendente
Superintendência Jurídica

ANEXO II

**Programa de Recuperação Contingente para Preparação de Projetos de Parceria
Público-Privada**

**Estruturação de Projeto de Concessão Rodoviária de Minas Gerais
(Lote Mariana – Brumadinho)**

1. Na hipótese de reembolso dos recursos conforme disposto no item (i) do parágrafo 4 do Convenio, este será acrescido de comissão de sucesso (*success fee*) de, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor da Contribuição.
2. A comissão de sucesso a que se refere o item anterior será calculada com base na metodologia apresentada a seguir:

$$\text{Comissão de Sucesso} = \left[\left\{ 1.2 \times \min \left(\frac{\text{Cot}0}{\text{Cot}1}, 1 \right) \right\} - 1 \right] \times \text{Contribuição}$$

Onde:

- a) Comissão de sucesso: valor em dólares a ser eventualmente acrescido a Contribuição como parte do ressarcimento, limitado a 20%.
- b) Cot0: taxa de compra do dólar, em reais, relativo a cotação de fechamento do último dia do mês-calendário em que ocorreu a publicação do Edital do procedimento licitatório do Projeto ou de suas republicações, para o qual exista cotação publicada pelo Banco Central do Brasil.
- c) Cot1: taxa de compra do dólar, em reais, relativo a cotação de fechamento do último dia do mês-calendário em que ocorreu o fechamento financeiro do Projeto, para o qual exista cotação publicada pelo Banco Central do Brasil.
- d) $(\min(1, (\text{Cot}0/\text{Cot}1)))$: menor valor entre o número 1 e a relação entre taxas de compra do dólar.

ATC/JP-16666-RG



Ana Rosa Lemos da Cunha Garzon
Superintendente
Superintendência Jurídica

